

Opinião. Esta Catalunha que é (só) nossa



Patrícia Fragoso
Martins

16.10.2017 / 11:54

A questão catalã respeita a todas as comunidades políticas, na Europa ou fora dela.

Em catalão, Carles Puigdemont afirmou no seu discurso de independência que a Catalunha *lluny de ser un afer domèstic i intern...és un afer europeu*.

Com isto, o Presidente do Governo parece reivindicar o envolvimento da União Europeia no processo da Catalunha, de cuja ausência alegadamente se

Ultrapassando a estratégia política de internacionalização da questão catalã, a pergunta tem vindo a impor-se com maior ou menor clareza: a independência da Catalunha é afinal um assunto catalão, espanhol, europeu ou global? A dúvida surge no núcleo do confronto de duas comunidades que se arrogam o direito a decidir os destinos da região. O movimento separatista funda as suas pretensões no direito a decidir dos catalães, fundado ora no direito à autodeterminação dos povos, ora no princípio democrático. Ao contrário, os unionistas veem na questão catalã um problema essencialmente espanhol – uma Catalunha tão espanhola quanto Espanha ela própria e, como tal, inseparável da unidade indissolúvel da nação. A natureza do assunto está, assim, no coração do problema. Quem pode e deve decidir os destinos de uma comunidade autónoma que é parte integrante de um Estado regional? E a resposta pode não agradar a nenhum dos lados da contenda. É que, na verdade, não pode deixar de competir a ambos, de forma concertada e negociada.

Carles Puigdemont, ciente das dificuldades em encetar um diálogo construtivo com Madrid, invoca, porém, a natureza europeia do assunto.

Trata-se, parece claro, de uma tentativa de envolver a União, ou os respectivos líderes, na procura de uma solução consensual para o problema. Ora, um tal envolvimento está longe de ser claro. As instituições europeias têm apelado à resolução interna da questão, evitando imiscuir-se em assuntos que na ordem constitucional europeia são *prima facie* da competência dos Estados. Tudo está, naturalmente, em saber se, em caso de agravamento da situação, a União poderá ainda assim “lavar as suas mãos”, quando estão também em causa a paz e democracia na Europa em nome das quais a União se edificou. E é também por isso que, na verdade, a questão catalã respeita a todas as comunidades políticas, na Europa ou fora dela. Trata-se, aliás, de uma questão já vivida e testada em outros contextos, com resultados positivos e negativos. É, por conseguinte, um problema global. E não apenas porque testa o velhinho conceito de direito internacional relativo à autodeterminação dos povos. Mas sobretudo porque está em causa saber se os Estados de Direito, tal como os construímos e conhecemos hoje em dia, assentes na democracia e defensores das liberdades de uns e de outros, são capazes de encontrar soluções legítimas e pacíficas para os problemas que os abalam as suas fundações. Quais “casas construídas sobre a rocha”. E esta é uma questão universal à qual ninguém pode ou deve ser indiferente.

Patrícia Fragoso Martins é Professora da Faculdade de Direito da Universidade Católica, Advogada na Campos Ferreira, Sá Carneiro & Associados